



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (15/4/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, por se encontrar em gozo de férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Mensagem 001/2025, do Procurador-Geral de Justiça (para conhecimento); 3. Mensagem 002/2025, do Procurador-Geral de Justiça (para conhecimento); 4. Referendo à Resolução CPJ n. 6/2025 que Cria a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de violência doméstica e familiar contra a mulher da Capital; 5. Referendo à Resolução CPJ n. 7/2025 que Altera as atribuições da 4ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios. Quanto ao **item 1**, Após regular apreciação, a Ata da 6ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao **item 2**, o Presidente esclareceu que a matéria foi inserida em pauta com a finalidade de dar conhecimento ao colegiado da remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas de Anteprojeto de Lei Complementar Estadual que altera o §1º do art. 45 da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996. Disse que a mudança proposta constitui uma adaptação ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIn 6757 que determinou que remoções de membros da magistratura precedem as promoções, seja por antiguidade ou merecimento. O colegiado conheceu a matéria. Quanto ao **item 3**, o Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca da remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas de Anteprojeto de Lei Ordinária Estadual que cria e transforma cargos no Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas. Elencou as especificidades do anteprojeto, esclarecendo todos os pontos abordados. O encaminhamento foi conhecido pelo colendo colegiado. Quanto ao **item 4**, o Presidente esclareceu que a matéria em análise versa sobre o referendo da Resolução CPJ n. 6/2025 que cria a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de violência doméstica e familiar contra a mulher da Capital. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados. Colocada em votação, a Resolução foi referendada, por unanimidade. Quanto ao **item 5**, o Presidente esclareceu que a matéria em análise versa sobre o referendo da Resolução CPJ n. 7/2025 que altera as atribuições da 4ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando o caráter consensual da norma editada. Colocada em votação, a Resolução foi referendada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente disse que recentemente o Conselho Nacional do Ministério Público teria julgado uma representação feita por alguns membros da instituição, negando o pleito em que se solicitava a implementação de medidas administrativas tendentes a equiparar verbas indenizatórias às concedidas aos integrantes da magistratura estadual. Mencionou que no dia 10 de abril, quinta-feira anterior, ocorrera mais uma etapa do evento "Roda de Conversa com a sociedade". Disse que o evento ocorreu na cidade de Delmiro Gouveia e foi voltado para cidadãos e gestores públicos dos municípios do Alto Sertão Alagoano. Destacou a participação da Marinha no evento, que teceu manifestações acerca da segurança da navegação fluvial, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição hídrica. Afirmou que no dia



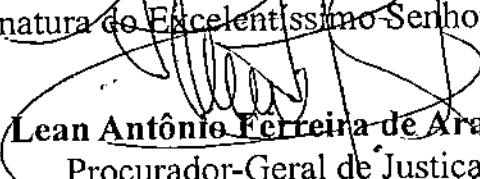
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

5
6
77 seguinte, sexta-feira passada, fora realizada a inauguração do prédio-sede
78 das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia. Destacou a homenagem
79 aprovada pelo colegiado com a designação do prédio-sede com o nome do
80 falecido Promotor de Justiça Antônio Guedes do Amaral. Agradeceu a
81 presença de todos. Disse que a cerimônia foi prestigiada pelos Chefes dos
82 Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mencionou que no mesmo dia
83 participou de uma cerimônia realizada pelo Governo do Estado de Alagoas
84 e pelo Poder Judiciário alagoano para a entrega de títulos de propriedade a
85 246 famílias de Delmiro Gouveia. Passada palavra à Excelentíssima
86 Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, esta parabenizou a
87 participação de membros do Ministério Público do Estado de Alagoas no
88 evento Roda de Conversa. Elogiou a estrutura do recém-inaugurado prédio-
89 sede das Promotorias de Justiça Delmiro Gouveia. Com a palavra, a
90 Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu informou
91 que no dia 11 de abril esteve presente no Tribunal de Justiça do Estado de
92 Alagoas para participar de reunião do Grupo Interinstitucional de Atenção
93 à Saúde Mental do Tribunal de Justiça de Alagoas. Disse que a reunião foi
94 muito produtiva e contou com a participação de diversos órgãos públicos.
95 Ressaltou a participação da Excelentíssima Promotora de Justiça Micheline
96 Laurindo Tenório. Destacou a criação do Comitê Interinstitucional Estadual
97 da Política Antimanicomial, entidade responsável por implantar e
98 monitorar a política antimanicomial em Alagoas. Passada a palavra ao
99 Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz José Gomes Vasconcelos, este
100 mencionou que integra o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do
101 Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça de Alagoas. Dada a palavra ao
102 Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, este
103 parabenizou o Procurador-Geral de Justiça pela realização dos eventos da
104 semana anterior que culminaram com a inauguração do prédio-sede das
105 Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia. Registrou uma Nota de
106 Louvor aos Promotores de Justiça de Delmiro Gouveia. Mencionou que a
107 Corregedoria-Geral do Ministério Público vem efetuando as correições
108 ordinárias que estavam previamente agendadas. Asseverou que
109 recepcionou o relatório da Corregedoria Nacional referente à correição nos
110 órgãos do Ministério Público de Alagoas, ocorrida no ano passado. Com a
111 palavra, o Presidente expressou concordância com o registro de louvor
112 proposto. Mencionou que pretende inserir na pauta da próxima reunião do
113 colegiado os relatórios elaborados pela Corregedoria Nacional. Passada a
114 palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mérol, este



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

115 justificou sua ausência na inauguração do prédio-sede das Promotorias de
116 Justiça de Delmiro Gouveia. Passada a palavra ao Excelentíssimo
117 Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, este mencionou que
118 assistiu duas reportagens televisivas que omitiram a atuação do Ministério
119 Público em ações fiscalizatórias realizadas conjuntamente com a
120 Defensoria Pública. Disse que a ausência de destaque na atuação dos
121 agentes ministeriais causou estranheza, notadamente pelo fato dessa
122 atuação ser amplamente reconhecida pelos integrantes da instituição. Com
123 a palavra, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça disse que orientará
124 a Diretoria de Comunicação Social a realizar contatos com os veículos de
125 comunicação da grande mídia para esclarecer a participação do Ministério
126 Público nas ações fiscalizatórias realizadas em conjunto com outros órgãos
127 públicos. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de
128 todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata
129 que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça,
130 Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob
131 a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.


Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão



PORTARIA SPGAI nº 274, DE 24 DE ABRIL DE 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001672/2025-83, RESOLVE conceder em favor do servidor MIGUEL ÂNGELO GAMELEIRA VAZ JÚNIOR, Assessor Técnico do Ministério Público, portador do CPF nº ***.254.504-**, matrícula nº 8255089-1, 1 e ½ (uma e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 297,79 (duzentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), aplicando-se o desconto de R\$ R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 386,19 (trezentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Delmiro Gouveia – 9ª Região – Alto Sertão, no período de 10 a 11 de abril de 2025, para acompanhar andamento de obra e realizar visita em casa de acolhimento, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

PORTARIA SPGAI nº 275, DE 24 DE ABRIL DE 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0001672/2025-83, RESOLVE conceder em favor do servidor JOÃO ELIAS DE HOLANDA GOMES, Chefe da Seção de Engenharia do Ministério Público, portador do CPF nº ***.782.133-**, matrícula nº 8262934, 2 e ½ (duas e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 297,79 (duzentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), aplicando-se o desconto de R\$ R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 643,65 (duzentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Delmiro Gouveia – 9ª Região – Alto Sertão, no período de 09 a 11 de abril de 2025, para acompanhar andamento de obra e realizar visita em casa de acolhimento, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.1011.5228 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (15/4/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra, Neide Maria Camelo da Silva, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente virtualmente o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausente, justificadamente, por se encontrar desfrutando de licença especial, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, bem como ausente, por se encontrar em gozo de férias, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Kicia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça em 2025; 2. Mensagem 001/2025, do Procurador-Geral de Justiça (para conhecimento); 3. Mensagem 002/2025, do Procurador-Geral de Justiça (para conhecimento); 4. Referendo à Resolução CPJ n.



6/2025 que Cria a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de violência doméstica e familiar contra a mulher da Capital; 5. Referendo à Resolução CPJ n. 7/2025 que Altera as atribuições da 4ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios. Quanto ao item 1, Após regular apreciação, a Ata da 6ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente esclareceu que a matéria foi inserida em pauta com a finalidade de dar conhecimento ao colegiado da remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas de Anteprojeto de Lei Complementar Estadual que altera o §1º do art. 45 da Lei Complementar Estadual n. 15, de 22 de novembro de 1996. Disse que a mudança proposta constitui uma adaptação ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADIn 6757 que determinou que remoções de membros da magistratura precedem as promoções, seja por antiguidade ou merecimento. O colegiado conheceu a matéria. Quanto ao item 3, o Presidente esclareceu que o expediente em análise foi inserido na presente pauta com o intuito de dar conhecimento ao colegiado acerca da remessa à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas de Anteprojeto de Lei Ordinária Estadual que cria e transforma cargos no Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas. Elencou as especificidades do anteprojeto, esclarecendo todos os pontos abordados. O encaminhamento foi conhecido pelo colegiado. Quanto ao item 4, o Presidente esclareceu que a matéria em análise versa sobre o referendo da Resolução CPJ n. 6/2025 que cria a Coordenação das Promotorias de Justiça com atribuições na área de violência doméstica e familiar contra a mulher da Capital. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados. Colocada em votação, a Resolução foi referendada, por unanimidade. Quanto ao item 5, o Presidente esclareceu que a matéria em análise versa sobre o referendo da Resolução CPJ n. 7/2025 que altera as atribuições da 4ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios. Fez a leitura da Resolução, esclarecendo todos os pontos abordados e ressaltando o caráter consensual da norma editada. Colocada em votação, a Resolução foi referendada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Presidente disse que recentemente o Conselho Nacional do Ministério Público teria julgado uma representação feita por alguns membros da instituição, negando o pleito em que se solicitava a implementação de medidas administrativas tendentes a equiparar verbas indenizatórias às concedidas aos integrantes da magistratura estadual. Mencionou que no dia 10 de abril, quinta-feira anterior, ocorreria mais uma etapa do evento "Roda de Conversa com a sociedade". Disse que o evento ocorreu na cidade de Delmiro Gouveia e foi voltado para cidadãos e gestores públicos dos municípios do Alto Sertão Alagoano. Destacou a participação da Marinha no evento, que teve manifestações acerca da segurança da navegação fluvial, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição hídrica. afirmou que no dia seguinte, sexta-feira passada, fora realizada a inauguração do prédio-sede das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia. Destacou a homenagem aprovada pelo colegiado com a designação do prédio-sede com o nome do falecido Promotor de Justiça Antônio Guedes do Amaral. Agradeceu a presença de todos. Disse que a cerimônia foi prestigiada pelos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mencionou que no mesmo dia participou de uma cerimônia realizada pelo Governo do Estado de Alagoas e pelo Poder Judiciário alagoano para a entrega de títulos de propriedade a 246 famílias de Delmiro Gouveia. Passada palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, esta parabenizou a participação de membros do Ministério Público do Estado de Alagoas no evento Roda de Conversa. Elogiou a estrutura do recém-inaugurado prédio-sede das Promotorias de Justiça Delmiro Gouveia. Com a palavra, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu informou que no dia 11 de abril esteve presente no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas para participar de reunião do Grupo Interinstitucional de Atenção à Saúde Mental do Tribunal de Justiça de Alagoas. Disse que a reunião foi muito produtiva e contou com a participação de diversos órgãos públicos. Ressaltou a participação da Excelentíssima Promotora de Justiça Micheline Laurindo Tenório. Destacou a criação do Comitê Interinstitucional Estadual da Política Antimanicomial, entidade responsável por implantar e monitorar a política antimanicomial em Alagoas. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz José Gomes Vasconcelos, este mencionou que integra o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça de Alagoas. Dada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, este parabenizou o Procurador-Geral de Justiça pela realização dos eventos da semana anterior que culminaram com a inauguração do prédio-sede das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia. Registrou uma Nota de Louvor aos Promotores de Justiça de Delmiro Gouveia. Mencionou que a Corregedoria-Geral do Ministério Público vem efetuando as correções ordinárias que estavam previamente agendadas. Asseverou que recepcionou o relatório da Corregedoria Nacional referente à correção nos órgãos do Ministério Público de Alagoas, ocorrida no ano passado. Com a palavra, o Presidente expressou concordância com o registro de louvor proposto. Mencionou que pretende inserir na pauta da próxima reunião do colegiado os relatórios elaborados pela Corregedoria Nacional. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Marcos Mero, este justificou sua ausência na inauguração do prédio-sede das Promotorias de Justiça de Delmiro Gouveia. Passada a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros Pitta, este mencionou que assistiu duas reportagens televisivas que omitiram a atuação do Ministério Público em ações fiscalizatórias realizadas conjuntamente com a Defensoria Pública. Disse que a ausência de destaque na atuação dos agentes ministeriais causou estranheza, notadamente pelo fato dessa atuação ser amplamente reconhecida pelos integrantes da instituição. Com a palavra, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça disse que orientará a Diretoria de Comunicação Social a realizar contatos com os veículos de comunicação da grande mídia para esclarecer a participação do Ministério Público nas ações fiscalizatórias realizadas em conjunto com outros órgãos públicos. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de



Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 8/2025

Concede Nota de Louvor aos Promotores de Justiça de Delmiro Gouveia.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 8º, inciso VI, do seu Regimento Interno, ao considerar:

- I – a proposta do Excelentíssimo Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas Eduardo Tavares Mendes;
- II – o deliberado, por unanimidade, em sua 7ª Reunião Ordinária de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Nota de Louvor aos Excelentíssimos Promotores de Justiça de Delmiro Gouveia, em face do reconhecimento da sociedade local por meio de elogios recebidos durante o evento “Diálogos do MPAL com a sociedade”, de iniciativa conjunta da Corregedoria-Geral e da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas, em 10 de abril de 2025, no município de Delmiro Gouveia.

Maceió, 24 de abril de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

Pautas de Reunião

PAUTA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30.4.2025

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na quarta-feira, dia 30.4.2025, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, e na forma virtual, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da Ata da 9ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2025;

PROCEDIMENTOS PARA CONHECIMENTO

1 Cadastro nº: 022025000038414 Origem: 67ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo